

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007
(Aposos os Projetos de Lei nº 70, de 2007, nº 332. De 2007, e nº 1.908,
de 2007)**

(Do Sr. Jorge Bittar)

Dispõe sobre a comunicação
audiovisual social eletrônica de
acesso condicionado e dá outras
providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao art. 28, § 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº. 29/2007 a seguinte
redação:

I – canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção
de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de
radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados,
transmitida com tecnologia analógica, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a
Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo
Poder Executivo;

§ 11. Caso os sinais das geradoras de que trata o inciso I deste artigo transmitam
programações simultaneamente nas tecnologias analógica ou digital, na hipótese do
prestador do serviço de acesso condicionado celebrar acordo para distribuir a
programação das geradoras locais, transmitida com tecnologia digital, ela poderá
descontinuar a transmissão da programação com tecnologia analógica.

JUSTIFICATIVA

A lei nº. 8977/95 instituiu a obrigatoriedade de que as concessionárias
do Serviço de TV a Cabo distribuam, gratuitamente a programação das emissoras
geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não
codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível
técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo;

Objetivava-se com isso, possibilitar que regiões com cobertura de

emissoras prejudicada em função de complexidades geográficas e topografia urbana pudessem ter garantido o acesso à programação das geradoras locais, a partir da distribuição por meios físicos provida pelas operadoras de TV a Cabo.

Com a introdução da tecnologia digital de transmissão pelas emissoras, a questão de cobertura será solucionada devido a novos recursos que facultarão recepção, livre e gratuita, com excelência de qualidade, nas mais adversas condições geográficas.

Superadas por tanto, as dificuldades técnicas é natural que a obrigatoriedade de distribuição das programações aplique-se apenas às transmissões analógicas.

Desta feita, sugerimos a aceitação da proposta apresentada.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Eduardo Sciarra
Deputado Federal – Democratas/PR